



POLÍCIA FEDERAL

LICI. PROJETO BÁSICO Nº 4362659/2017-SECOM/DICON/COAD/DLOG/PF

Processo nº 08004.000204/2015-15

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - CREDENCIAMENTO

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA
(Processo Administrativo nº 08004.000204/2015-15)**1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviço bancário de conta depósito vinculada bloqueada para movimentação, com remuneração igual ou superior à dos depósitos em poupança, conforme legislação vigente no período, aberta em nome da empresa contratada para prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, destinada unicamente ao provisionamento de valores das obrigações trabalhistas, previdenciárias e outras previstas na Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 02/2008, na forma e sob as condições estabelecidas neste instrumento.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A contratação objetiva atender à determinação contida na Instrução Normativa nº 02/2008-MPOG/SLTI, especialmente em face das alterações feitas pela Instrução Normativa nº 06/2013. Conforme estabelecido pelo normativo, a Administração, enquanto contratante de serviços continuados executados com dedicação exclusiva de mão-de-obra, tem a obrigação de provisionar os valores destinados ao pagamento dos encargos trabalhistas relacionados no item 2.4, em relação à mão-de-obra fornecida pelas empresas por ela contratadas, a serem retirados do valor mensal do contrato e depositados em conta vinculada em instituição bancária, com movimentação condicionada a autorização da Administração.
- 2.2. O serviço objeto do credenciamento compõe-se de tarefas que podem ser executadas mecanicamente segundo protocolos, métodos e técnicas pré-estabelecidos e conhecidos, de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, e utilizando os procedimentos definidos neste Projeto Básico, com o objetivo de atender à Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 02, de 30/04/2008;
- 2.3. Na prestação do serviço não há distinção entre parcelas, sendo tratados como serviços bancários todos os procedimentos inerentes ao atendimento da operacionalização da conta-depósito bloqueada- vinculada para movimentação, instituído pelo Artigo 19-A e Anexo VII da Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 02, de 30/04/2008, para a gestão dos contratos firmados pela Polícia Federal para prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra.
- 2.4. O montante do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões:

I-13º (décimo terceiro) salário;

II - férias e um terço constitucional de férias;

III - multa sobre o FGTS e contribuição social par as rescisões sem justa causa; e

IV - encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

2.5. O credenciamento visa a identificar todas as instituições financeiras interessadas e habilitadas a prestar os serviços bancários do objeto, dentre as quais a empresa prestadora de serviço com dedicação de mão-de-obra escolherá a que lhe for mais conveniente. Escolhida a instituição financeira, sem intervenção da Administração, o serviço de operação de conta vinculada bloqueada será adjudicado a ela por inexigibilidade de licitação, previsão constante no caput do Artigo 25 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, devido à flagrante inviabilidade de competição decorrente da ausência de exclusão entre os possíveis interessados, quais sejam, Instituições Financeiras que satisfaçam as exigências editalícias.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
- 3.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:
 - 4.1.1. A Polícia Federal firmará termo de contrato com instituição financeira, o qual determinará os termos para a abertura da conta corrente vinculada, podendo negociar a cobrança de tarifas bancárias, a isenção ou redução das referidas tarifas para abertura e movimentação da conta-depósito vinculada.
 - 4.1.2. A assinatura dos contratos firmados entre a Polícia Federal e as empresas prestadoras de serviços com dedicação de mão-de-obra será acompanhada dos seguintes atos:
 - 4.1.2.1. Solicitação da Polícia Federal à Instituição Financeira credenciada, mediante ofício, de abertura de conta corrente vinculada bloqueada para movimentação, em nome da empresa;
 - 4.1.2.2. Assinatura, pela prestadora de serviços com dedicação de mão-de-obra a ser contratada, no ato da regularização da conta corrente vinculada, de termo específico da Instituição Financeira que permita à Polícia Federal ter acesso aos saldos e extratos e que vincule a movimentação dos valores depositados à sua autorização.
 - 4.1.3. O saldo da conta vinculada será remunerado pelo índice da poupança ou outro definido no termo de contrato, observada a maior rentabilidade.
 - 4.1.4. Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados no item 2.4, depositados em conta vinculada, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa prestadora de serviços terceirizados.
 - 4.1.5. A prestadora de serviços terceirizados contratada poderá solicitar autorização da Polícia Federal para utilizar os valores da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

- 4.1.6. Para a liberação dos recursos da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato, a empresa deverá apresentar à Polícia Federal os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.
- 4.1.7. Após a confirmação da ocorrência da situação que ensejou o pagamento de indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, a Polícia Federal expedirá a autorização para a movimentação da conta vinculada e a encaminhará à Instituição Financeira, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.
- 4.1.8. A autorização de que trata o item 4.1.7 deverá especificar que a movimentação será exclusiva para o pagamento das indenizações trabalhistas aos empregados favorecidos.
- 4.1.9. A empresa deverá apresentar à Polícia Federal, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.
- 4.1.10. O saldo remanescente da conta vinculada será liberado à empresa, no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.
- 4.1.11. Os valores provisionados para atendimento do item 2.4 serão discriminados em tabela específica.

5. DA CONTA VINCULADA

- 5.1. Os serviços devem compreender o cadastramento, a captação e movimentação dos recursos, com a observação das seguintes premissas:
- 5.1.1. A conta vinculada será aberta em nome da empresa terceirizada contratada pelo órgão, exclusivamente para o provisionamento de valores para o pagamento de férias, décimo terceiro salário e verbas rescisórias em relação à mão de obra das empresas contratadas para a prestação de serviço de forma contínua, por meio de dedicação exclusiva de mão de obra;
- 5.1.2. A abertura da conta vinculada depende de solicitação da Polícia Federal à Instituição Financeira credenciada, mediante ofício, conforme modelo constante do ANEXO I-A.
- 5.1.3. A empresa a ser contratada deverá assinar termo de autorização junto ao futuro credenciado que permita à Polícia Federal ter acesso aos saldos e extratos, e que vincule a movimentação dos valores depositados à sua autorização, nos termos do ANEXO I-F da Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 02, de 30/04/2008.
- 5.1.4. A movimentação da conta-depósito vinculada-bloqueada dependerá de autorização da Polícia Federal e será feita exclusivamente para o pagamento dessas obrigações.
- 5.1.5. O montante do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões: I - 13º (décimo terceiro) salário;
II – Férias e um terço constitucional de férias;
III – Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e IV – Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.
- 5.1.6. Os valores provisionados na conta vinculada somente serão liberados para pagamento das verbas de que trata o subitem 2.3 e nas seguintes condições:
- 5.1.6.1. Parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;
- 5.1.6.2. Parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a um terço de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato de terceirização;
- 5.1.6.3. Parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato de terceirização;
- 5.1.6.4. Ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.
- 5.1.7. O saldo existente na conta vinculada apenas será liberado com a execução completa do contrato de terceirização, após a comprovação, por parte da empresa contratada, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários, relativos aos serviços contratados;
- 5.1.8. O saldo da conta vinculada será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die ou outro definido no instrumento de Contrato, observada a maior rentabilidade;
- 5.1.8.1. Eventual alteração da forma de correção da poupança implicará na revisão do Contrato;
- 5.1.9. Os valores provisionados para atendimento serão discriminados conforme a tabela a seguir: **QUADRO 1**

RESERVA MENSAL PARA O PAGAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS

ITEM	PERCENTUAL		
13º (décimo terceiro) salário	8,33%		
Férias e 1/3 Constitucional	12,10%		
Multa sobre FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio trabalhado	5,00%		
SUBTOTAL	25,43%		
Incidência do submódulo 4.1 sobre:	férias	1/3 Constitucional	13º Salário
	7,39%	7,60%	7,82%
TOTAL*	32,82%	33,03%	32,35%

Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento) referentes ao **Grau de Risco de Acidente de Trabalho**, previstas no Artigo 22, Inciso II, da Lei nº 8.212, de 24/07/1991.

6. DAS CONDIÇÕES DO CREDENCIAMENTO

- 6.1. Poderão habilitar-se para o Credenciamento as Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na forma de Banco múltiplo, comercial ou cooperativo, cooperativa de crédito que atendam as condições do Edital de Credenciamento, obedecida a legislação em vigor;
- 6.2. Será vedada a participação de instituições quando:
- a) Declaradas inidôneas por ato do Poder Público;
 - b) Sob processo de concordata ou falência;
 - c) Impedidas de licitar, contratar, transacionar com a Administração Pública ou quaisquer de suas entidades descentralizadas;

- d) Estiver irregular quanto a comprovação de quitação de tributos federais, estaduais municipais ou distritais, consideradas a sede ou principal estabelecimento da proponente

6.3. O credenciamento atenderá a todas as unidades gestoras de orçamento da Polícia Federal, porém é facultado ao credenciado apontar em quais unidade da federação irá atuar, conforme o descrito a seguir:

UF	UNIDADE	UASG
AC	SR/PF/AC	200.380
AL	SR/PF/AL	200.358
AP	SR/PF/AP	200.402
AP	SR/PF/AM	200.382
BA	SR/PF/BA	200.346
CE	SR/PF/CE	200.392
DF	SR/PF/DF	200.338
	ANP/PF	200.340
	CGTI/PF	200.342
	COAD/DLOG/PF	200.334
	COF/DLOG/PF	200.336
	DITEC/PF	200.406
ES	SR/PF/ES	200.352
GO	SR/PF/GO	200.376
MA	SR/PF/MA	200.388
MT	SR/PF/MT	200.374
MS	SR/PF/MS	200.354
MG	SR/PF/MG	200.350
PA	SR/PF/PA	200.386
PB	SR/PF/PB	200.396
PR	SR/PF/PR	200.364
	FOZ/PF	200.366
PE	SR/PF/PE	200.398
PI	SR/PF/PI	200.390
RJ	SR/PF/RJ	200.356
RN	SR/PF/RN	200.394
RS	SR/PF/RS	200.372
RO	SR/PF/RO	200.378

RR	SR/PF/RR	200.384
SC	SR/PF/SC	200.370
SP	SR/PF/SP	200.360
SE	SR/PF/SE	200.344
TO	SR/PF/TO	200.404

7. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 Os serviços devem compreender o cadastramento, a captação e movimentação dos recursos, que se darão somente conforme o fluxo operacional a seguir e com a observação das seguintes premissas:

7.1.1 – A Polícia Federal firma o Contrato com o Prestador dos Serviços.

7.1.2 – A Polícia Federal envia à Instituição Financeira credenciada Ofício (ANEXO I-A), solicitando a abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços.

7.1.3 – A Instituição Financeira credenciada recebe Ofício da Polícia Federal e, em reposta, encaminha Ofício conforme modelo do ANEXO I-B, informando da necessidade de comparecimento do representante legal da empresa ao banco para assinatura do contrato de abertura de conta vinculada.

7.1.4 – A Polícia Federal deverá comunicar à empresa para comparecer à agência bancária e assinar o contrato de abertura da conta vinculada, mediante ofício conforme modelo do ANEXO I-H.

7.1.5 – Após a entrega, pelo Prestador de Serviços, dos documentos necessários, e assinatura do contrato, a Instituição Financeira credenciada procederá à abertura da conta vinculada em nome do Prestador de Serviços.

7.1.6 – A Instituição Financeira credenciada envia Ofício à Polícia Federal, contendo o número da conta vinculada (bem como eventuais rejeições, com indicação dos seus motivos), e Informação constatando que poderá realizar os créditos após pré-cadastramento no portal do Banco. Assim, quando efetuado o primeiro depósito, a conta é aberta.

7.1.7 – A Instituição Financeira credenciada recebe o ofício da Polícia Federal efetua cadastro no seu sistema eletrônico.

7.1.8 – A Polícia Federal credita mensalmente recursos retidos da planilha de custos e de formação de preços do contrato firmado com a empresa na conta-depósito vinculada-bloqueada para movimentação, mantida exclusivamente nas agências da Instituição Financeira credenciada, mediante emissão de Ordem Bancária, na forma estabelecida pelas partes.

7.1.8.1 – Os depósitos na conta vinculada serão efetuados de acordo com os procedimentos operacionais do SIAFI, observando procedimento próprio para os depósitos da Conta-Depósito Vinculada-Bloqueada para Movimentação.

7.1.9 – A Polícia Federal solicita à Instituição Financeira credenciada a movimentação dos recursos, na forma do ANEXO I-D do presente Instrumento.

7.1.10 – A Instituição Financeira credenciada acata a solicitação de movimentação na conta vinculada efetuada pela Polícia Federal, confirmando, por meio de Ofício, nos moldes indicados no ANEXO I-E deste Instrumento, caso a movimentação não tenha sido efetuada pela Polícia Federal via meio eletrônico.

7.1.10.1 – A empresa contratada poderá solicitar a autorização do contratante para utilizar os valores da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do contrato;

7.1.10.2 – Para a liberação dos recursos da conta vinculada, destinados ao pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do contrato, a empresa deverá apresentar ao contratante os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento;

7.1.10.3 – A Polícia Federal expedirá Ofício, após a confirmação da ocorrência da indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, com a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta vinculada ao banco no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios da empresa;

7.1.10.4 – A empresa deverá apresentar à Polícia Federal, no prazo máximo de 3 (três) dias, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas;

7.1.11 – O saldo remanescente da conta vinculada será liberado à empresa, no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

7.1.12 – A Instituição Financeira credenciada disponibiliza à Polícia Federal aplicativo, via internet, para consulta de saldos e extratos e para movimentação, se for o caso, da conta vinculada, após autorização específica e expressa do órgão, para recebimento de chave e senhas de acesso ao sistema eletrônico, conforme ANEXO I-G.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 A Polícia Federal fica obrigada a:

8.1.1 – Colocar à disposição da Instituição Financeira credenciada todas as informações necessárias à execução dos serviços;

8.1.2 – Promover o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços, com vistas ao seu perfeito cumprimento, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à Instituição Financeira credenciada as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;

8.1.3 – Atestar a execução do objeto por meio de servidor(es) especificamente designado(s);

8.1.4 – Assinar o Termo de Adesão ao Regulamento da Instituição Financeira credenciada, onde está estabelecido o vínculo jurídico com a Instituição Financeira, para amparar a utilização de qualquer aplicativo;

- 8.1.5 – Designar, por meio de Ofício, conforme **ANEXO I-G** do presente Instrumento, até, no máximo, 4 (quatro) servidores para os quais a Instituição Financeira credenciada disponibilizará chaves e senhas de acesso ao autoatendimento à Polícia Federal, com poderes somente para consultas aos saldos e aos extratos das contas vinculadas;
- 8.1.6 – Remeter à Instituição Financeira credenciada ofício solicitando a abertura das contas vinculadas, conforme **ANEXO I-A**, respeitando a escolha prévia feita pelo Prestador de Serviços, dentre as Instituições Financeiras credenciadas;
- 8.1.7 – Remeter Ofícios à Agência da Instituição Financeira credenciada, solicitando a movimentação de recursos das contas vinculadas ou movimentá-las por meio eletrônico;
- 8.1.8 – Comunicar ao Prestador de Serviços, na forma do **ANEXO I-H** do presente Instrumento, o cadastramento das contas vinculadas, orientando-os a comparecer à Agência da Instituição Financeira credenciada, escolhida na forma do **subitem 8.1.6**, para providenciar a regularização, entrega de documentos e assinatura da autorização, em caráter irrevogável e irretroatável, nos termos do **ANEXO I-F** deste instrumento, para que a Polícia Federal possa ter acesso aos saldos e aos extratos da conta-depósito vinculada, bem como solicitar movimentações financeiras, por meio de autorização específica e expressa para tanto;
- 8.1.9 – Prover os ajustes técnicos de tecnologia da informação para possibilitar o acesso aos sistemas de autoatendimento, por intermédio do qual será viabilizado o acesso aos saldos e aos extratos das contas vinculadas;
- 8.1.10 – Adequar-se a eventuais alterações nos serviços oferecidos pela Instituição Financeira credenciada;
- 8.1.11 – Instruir os usuários sobre forma de acesso às transações dos sistemas de autoatendimento da Instituição Financeira credenciada;
- 8.1.12 – Manter rígido controle de segurança das senhas de acesso aos sistemas de autoatendimento da Instituição Financeira credenciada;
- 8.1.13 – Assumir como de sua inteira responsabilidade os prejuízos que decorrerem do mau uso ou da quebra de sigilo das senhas dos servidores devidamente cadastrados nos sistemas de autoatendimento, conforme **subitem 8.1.5**, cuidando de substituí-las, imediatamente, caso suspeite de que tenham se tornado de conhecimento de terceiros não autorizados;
- 8.1.14 – Responsabilizar-se por prejuízos decorrentes de transações não concluídas em razão de falha de seu equipamento e/ou erros de processamento em razão da inexistência de informação ou de fornecimento incompleto de informações;
- 8.1.15 – Comunicar tempestivamente à Instituição Financeira credenciada qualquer anormalidade detectada que possa comprometer o perfeito funcionamento da conexão aos sistemas de autoatendimento, em especial, no que concerne à segurança das informações;
- 8.1.16 – Permitir, a qualquer tempo, que técnicos da Instituição Financeira credenciada possam vistoriar o hardware e software utilizados para conexão aos sistemas de autoatendimento;
- 8.1.17 – Não divulgar quaisquer informações contidas nas transações efetuadas nos sistemas de autoatendimento colocados à sua disposição, de modo a manter o sigilo bancário, a privacidade em face de servidores, e outras pessoas integrantes da Polícia Federal que não sejam usuários, e as normas de segurança da informação da Instituição Financeira credenciada.
- 8.1.18 – Inserir no edital de licitação e no contrato de prestação de serviços entre a POLÍCIA FEDERAL e o Prestador de Serviços que a abertura e manutenção de Depósito em Garantia – bloqueado para movimentação, estão sujeitos à cobrança de tarifas bancárias, nos valores estabelecidos na Tabela de Tarifas da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, na forma regulamentada pelo Banco Central do Brasil.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. À Instituição Financeira credenciada cabe:

- 9.1.1 – Executar o serviço em conformidade com as condições estipuladas pelo Edital de Credenciamento e pelo Contrato;
- 9.1.2 – Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, observando-se as recomendações das normas e da legislação;
- 9.1.3 – Dar ciência à Polícia Federal dos motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços dentro do prazo previsto na requisição de serviços;
- 9.1.4 – Comunicar à Polícia Federal, por escrito, quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços;
- 9.1.5 – Executar diretamente os serviços contratados, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação;
- 9.1.6 – Adotar medidas de segurança adequadas, no âmbito das atividades sob seu controle, para manutenção do sigilo relativo ao objeto contratado;
- 9.1.7 – Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre qualquer assunto de interesse da Polícia Federal ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços;
- 9.1.8 – Disponibilizar os sistemas de autoatendimento à Polícia Federal;
- 9.1.9 – Gerar e fornecer até 4 (quatro) chaves e senhas iniciais de acesso, para utilização na primeira conexão aos sistemas de autoatendimento, oportunidade na qual as senhas serão obrigatoriamente substituídas pelos respectivos detentores das chaves, por outra de conhecimento exclusivo do usuário;
- 9.1.10 – Informar à Polícia Federal quaisquer alterações nos serviços oferecidos pela Instituição Financeira credenciada, por intermédio dos sistemas de autoatendimento ou via Ofício;
- 9.1.11 – Prestar o apoio técnico que se fizer necessário à manutenção do serviço, objeto deste instrumento, e ao cadastramento de contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação;
- 9.1.12 – Gerar e encaminhar, via sistema de autoatendimento, os arquivos retorno do resultado do cadastramento das contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação ou encaminhar Ofício, contendo o número da conta aberta em nome do Prestador dos Serviços;
- 9.1.13 – Orientar sua rede de agências quanto aos procedimentos operacionais específicos objeto deste instrumento;
- 9.1.14 – Informar à Polícia Federal os procedimentos adotados, em atenção aos Ofícios recebidos.
- 9.1.15 – Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 9.1.16 – Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 9.1.17 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.1.18 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.19 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. DO DESCREDENCIAMENTO

- 11.1. O Credenciamento tem caráter precário. A qualquer momento a Instituição Financeira credenciada poderá solicitar seu descredenciamento, caso não tenha mais interesse. Ademais, a Instituição Financeira credenciada ou a Administração podem denunciar o credenciamento, caso seja constatada qualquer **irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas no Edital ou na legislação pertinente**.
- 11.2. A Instituição Financeira credenciada que desejar iniciar o procedimento de descredenciamento deverá solicitá-lo mediante aviso escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- 11.3. A Administração pode, a qualquer momento, solicitar um descredenciamento se, após haver confirmado recebimento de mensagem da Polícia Federal solicitando a execução de um trabalho, a Instituição Financeira credenciada deixar de executá-lo no prazo estabelecido em Edital;
- 11.4. Fica facultada a apresentação de defesa prévia pela Instituição Financeira a ser descredenciada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação de descredenciamento.

12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 13.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
- 13.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 13.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.
- 13.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.
- 13.5. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 14.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 14.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 14.1.3. fraudar na execução do contrato;
 - 14.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
 - 14.1.5. cometer fraude fiscal;
 - 14.1.6. não mantiver a proposta.
- 14.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 14.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
 - 14.2.2. multa moratória de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor mensal dos depósitos, até o limite de 20 (vinte) dias;
 - 14.2.3. multa compensatória de até 10 % (dez por cento) sobre o valor total dos depósitos, no caso de inexecução total do objeto;
 - 14.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
 - 14.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - 14.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
 - 14.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 14.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
- 14.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 14.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 14.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 14.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 14.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.
- 14.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Brasília/DF, outubro de 2017.

LUÍS OTÁVIO GOUVEIA

Perito Criminal Federal

Despacho: Aprovo o presente Projeto Básico por representar a demanda desta Diretoria de Administração e Logística Policial.

Diretor de Administração e Logística Policial

Anexo I-A - Modelo de ofício de solicitação de abertura de conta vinculada

Contrato nº /2017

Ofício nº /

Local, de de 20 .

A(o) Senhor(a) Gerente

(nome do gerente) (Endereço com CEP)

Senhor(a) Gerente,

Reporto-me ao Contrato nº /2017, firmado com essa Instituição, para solicitar que promova o cadastramento de conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, em nome do Prestador de Serviços a seguir indicado, destinada a receber recursos retidos de rubricas constantes na planilha de custos e formação de preços do Contrato nº / , firmado pela Polícia Federal

CNPJ:

Razão Social:

Endereço:

Representante Legal:

CPF do Representante Legal:

Atenciosamente,

AUTORIDADE COMPETENTE

Anexo I-B - Modelo de resposta da Instituição Financeira ao pedido de abertura de conta Contrato nº /2017

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

, de de 20 .

Senhor Ordenador de Despesas,

Em atenção ao Ofício nº informamos que o representante legal da empresa
, CNPJ , deverá comparecer à agência
para assinar o contrato da abertura de conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, destinada a receber créditos ao
amparo da Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 02, de 30/04/2008, a título de provisão para encargos trabalhistas do Contrato nº .

Ratifico que, conforme previsto no Contrato nº _ /2016 firmado com a instituição financeira, qualquer tipo de movimentação financeira somente ocorrerá
mediante solicitação da Polícia Federal.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Ao Senhor Ordenador de Despesas Polícia Federal

LOCAL

Anexo I-C - Modelo de ofício da Instituição Financeira para informar dados da conta vinculada

Contrato nº /2017

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Ofício nº /
, de de 20 .

Senhor,

Informamos abaixo os dados para abertura de conta-depósito vinculada à empresa
, CNPJ , na Agência , da Instituição Financeira , prefixo ,
destinada a receber os créditos ao amparo da Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 02, de 30/04/2008:

Agência :

Conveniente Subordinante: POLÍCIA FEDERAL

Comunico que essa Administração Pública poderá realizar os créditos após pré-cadastramento no portal da Instituição Financeira, sítio <http://www>

Ratifico que a conta somente será aberta após o acolhimento do primeiro depósito e, conforme Contrato nº /2016, qualquer tipo de movimentação financeira
ocorrerá mediante solicitação da Polícia Federal.

Atenciosamente,

Gerente

Anexo I-D - Modelo de ofício de solicitação de movimentação de recursos da conta vinculada

Contrato nº /2017

Ofício nº /2017

Local, de de 20 .

A(o) Senhor(a) Gerente (nome do gerente)
(endereço da agência com CEP)

Senhor Gerente,

Solicito DEBITAR, conforme indicado a seguir, a movimentação de R\$ da conta nº da agência nº de titularidade de , (nome do proponente)
Inscrito no CNPJ sob o nº , aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº / , firmado por esta POLÍCIA FEDERAL, e CREDITAR na seguinte conta-depósito:

Instituição financeira	Agência	Conta	CPF/CNPJ

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas

Anexo I-E - Modelo de ofício da Instituição Financeira para informar movimentação na conta vinculada

Contrato nº /2017

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Ofício nº
Local, de de 20 .

Senhor , (nome do representante da Administração Pública Federal)

Em atenção ao seu Ofício nº _____ /20__ – _____, de _____ / _____ /20____, informo a
efetivação de DÉBITO na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – de nº _____
_____, da agência nº _____, da Instituição Financeira, e CRÉDITO na seguinte conta-depósito:

CREDITAR			
Instituição Financeira	Agência	Conta	CPF/CNPJ

Atenciosamente,

(nome do Gerente)
Agência da Instituição Financeira

Anexo I-F - Modelo de Autorização para movimentação de conta vinculada

Contrato nº _____ /2017 A U T O R I Z A Ç Ã O

À Agência **da Instituição Financeira**

(endereço da agência) Senhor (a) Gerente,

Autorizo, em caráter irrevogável e irretratável, que a Polícia Federal solicite a essa agência bancária, na forma indicada por essa agência, qualquer tipo de movimentação financeira na conta-depósito vinculada nº _____ – bloqueada para movimentação, de minha titularidade, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº _____ / _____, bem como tenha acesso irrestrito aos saldos da referida conta-depósito, extratos e movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras.

Atenciosamente,

(local e data)

Assinatura do titular da conta-depósito

Anexo I-G - Modelo de ofício para solicitação de chaves e senhas de acesso

Contrato nº _____ /2017

Ofício nº _____ /20____

Local, _____ de _____ de 20__

A(o) Senhor(a) Gerente

(nome do gerente)
(endereço da agência com CEP)

Senhor Gerente,

Solicito providenciar a geração de chaves e senhas iniciais de acesso aos aplicativos dos sistemas de autoatendimento dessa Instituição Financeira para os servidores a seguir indicados:

CPF	NOME

Atenciosamente,
ORDENADOR DE DESPESAS

Anexo I-H - Modelo de ofício de solicitação de comparecimento do representante da empresa contratada à Instituição Financeira

Contrato nº /2017

Ofício nº /20

Local, de de 20

A(o) Senhor(a)
(nome do Proprietário da empresa contratada pela POLÍCIA FEDERAL) (endereço da empresa com CEP)

Senhor Sócio Proprietário,

1. Informo que foi solicitada a abertura da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação –, pertencente ao CNPJ sob nº , na Agência nº , da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA , em seu nome, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº / , firmado entre essa empresa e a Polícia Federal.

2. Na oportunidade, solicito comparecer, em no máximo 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento deste Ofício, à referida agência para fornecer a documentação indicada no edital de licitação, de acordo com as normas do Banco Central, bem como assinar os documentos indicados pela Instituição

Financeira e autorizar, em caráter irrevogável e irretratável, o acesso irrestrito da Polícia Federal aos saldos da referida conta – depósito, aos extratos e a movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras e solicitar quaisquer movimentações financeiras da referida conta-depósito.

3. Informo que o descumprimento do prazo indicado no parágrafo anterior poderá ensejar aplicação das sanções previstas na Cláusula _ do mencionado contrato.

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas



Documento assinado eletronicamente por **ROBERVAL RE VICALVI, Ordenador de Despesa**, em 24/10/2017, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 1234842



Documento assinado eletronicamente por **LUIS OTAVIO GOUVEIA, Coordenador - Substituto (a)**, em 25/10/2017, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4362659** e o código CRC **9CA3941D**.